Ata Eletrônica da 1ª SESSÃO ESPECIAL da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura

Identificação Básica: Tipo de Sessão: SESSÃO ESPECIAL ; Abertura: 22/03/2023 - 16:24 ; Encerramento: 22/03/2023 - 20:12

Mesa Diretora: Presidente: Carlos Augusto Cardoso da Silva / PT ; Vice-Presidente: Nerival Nascimento Reis / UNIÃO ; Primeiro-Secretário: Alzimário Belmonte Vieira / PSD

Lista de Presença na Sessão: Abraão Oliveira dos Santos / PDT ; Aldemir Santos Almeida / PP ; Carlos Augusto Cardoso da Silva / PT ; Marisvaldo dos Anjos de Souza / PSDB ; Cláudio Antônio Carillo de Magalhães / PCdoB ; Augusto César Porto Ribeiro / PSB ; Ederjúnior Santos dos Anjos / UNIÃO ; Edvaldo Neto Gomes / UNIÃO ; Marcos Fabrício Oliveira Nascimento / PSB ; Ivete Maria de Souza / UNIÃO ; Ivo Evangelista dos Santos / REP ; Jerbson Almeida Moraes / PSD ; Paulo Kaique Santos de Souza / PODE ; Luciano Luna Souza / PV ; Nerival Nascimento Reis / UNIÃO ; Evilásio Lima Valverde Filho / PODE ; Paulo Roberto Carqueija Monteiro / PSD ; Alzimário Belmonte Vieira / PSD ; Enilda Mendonça Oliveira / PT ; Tandick Resende de Moraes Júnior / CIDADANIA ; Vinicius Rodrigues Alcântara Silva / CIDADANIA

Expedientes: Leitura do Salmo: Realizada pelo Vereador Professor Gurita (PSD).

Ocorrências da Sessão: O Vereador e Presidente ad hoc, Vereador Ivo Evangelista (REPUBLICANOS), concedeu um tempo regimental de 15 minutos para alcançar o quórummínimo para início da sessão (Vide art. 147 - §2 do Regimento Interno). Após a leitura do Salmo, foi convidado para ocupar a mesa os membros da Comissão de Transporte da casa, os Vereadores Professor Gurita (PSD), Augustão (PT) e Nerival Reis (União Brasil). Em seguida, foi concedida a palavra ao Vereador Professor Gurita (PSD), um dos proposítores, que saudou todos os presentes e falou do requerimento de n. 164/2023, a qual foi aprovado pela maioria dos vereadores, para que transformasse a sessão ordinária, em uma sessão especial, com o intuito de discutir os problemas do transporte público com a finalidade de buscar soluções, e explicou que quando falamos em transporte público, falamos no sistema como um todo, contudo continuou dizendo da necessidade de uma lei que regulamente esse sistema, afim de que, o ganho dessa sessão especial possa ser o encaminhamento pelo executivo de uma lei para essa casa, com o propósito de regulamentar o sistema do transporte público da cidade. Continuou explicando que, dentro da questão do transporte público, a questão mais grave são as dos ônibus, e com a pandemia houve um agravamento maior. Então, espero que saíamos daqui com um documento para a solução, já que o Conselho Municipal de Transporte já criou uma comissão para a resolução deste problema, finalizou dizendo que espera que o executivo tome algum posicionamento para melhorar a situação do transporte para a população ilheense, finalizou e declarou aberta a sessão especial. Em seguida, foi concedida o uso da palavra ao Vereador Nerival Reis (União Brasil), inicialmente agradeceu a presença da população na sessão especial, pois somente os vereadores não irão resolver essa situação, mas disse que nesta data sairá uma solução para o transporte coletivo. Dando seguimento, o Vereador Augustão (PT), fez uso da palavra, parabenizando a casa e nominou cada um dos vereadores, em seguida, falou de uma palavra, brainstorming, e explicou que é uma técnica usada para levantar ideias de soluções de problemas, pois estamos aqui para pegarmos ideia, para solução de problemas, então o transporte público não requer mais discurso, requer solução, e essa missão de resolver

esse problema do transporte público é do poder executivo da cidade. Prosseguiu sua explanação dizendo que o transporte público é o problema na vida das pessoas, não deixa estudantes e professores chegarem nas escolas, nem deixa o trabalhador irem trabalhar, uma vez que o problema é o transporte coletivo, e que nesta data, teremos que sair daqui com um documento para que se resolva esse problema do transporte público na cidade de Ilhéus, finalizou. O primeiro convidado a explanar a fala foi Valcir Serpa - Diretor Geral da Autarquia de Transporte, Trânsito e Mobilidade - SUTRAM, fez uso da palavra e discorreu sobre o assunto, elucidando sobre a mobilidade urbana, informando que precisamos melhorar a mobilidade urbana, e isso perpassa pela qualidade de vida até chegar na questão do transporte, disse também que precisamos construir nosso plano de mobilidade, a qual temos o prazo até 12 de abril, sendo que pode ser estendido o prazo, e que através do Conselho Municipal de Transporte, nós possamos construir esse nosso novo sistema. Então, nosso objetivo é mitigar os conflitos de tráfego na nossa cidade. Em ato contínuo disse que o transporte público tem sofrido uma crise em todo Brasil, e que o transporte público é quase exclusivamente financiado pela tarifa, e quando cai a tarifa, nós temos um problema grave, como falta de manutenção, aquele ciclo vicioso que termina o transporte se tornando deficiente. Explicitou que, em Ilhéus, temos como modalidade de transporte público, o aplicativo, o ônibus, o mototáxi, o táxi, os clandestinos e os transporte escolares, mas ainda em Ilhéus, temos ônibus lotados, vias sem manutenção na zona rural, ônibus sem manutenção, está um verdadeiro caos na questão do transporte público. E assim temos problemas, falta de ônibus em determinados horários, falta de pontualidade, frota reduzida, manutenção precária, péssima qualidade de serviço, transporte clandestino, transporte de mercadoria e estrada de má qualidade. Qual a solução? Disse que o município quer fazer essa tratativa com a Câmara Municipal de Vereadores, juntamente com o Conselho Municipal de Transporte, com a participação dos representantes da rede estudantil, mas com responsabilidade. Deste modo, quais são impactos nessa resolutiva? Contratação de nova empresa? Qual empresa que vai querer vir a ilhéus por R$ 3,80? É o aumento de tarifa? Como aumentar a tarifa se o serviço está péssimo? Sistema de transbordo virtual? Bairro-Centro, Centro-Bairro? Transporte Cidadão? Manutenção e renovação da frota? Já foi conversado que para aumentar a tarifa terá que melhorar o sistema, mas para aumentar a tarifa, as empresas têm que melhorar os horários, qualidade dos ônibus, dentre outros. Pela manhã, informou que foi realizada uma reunião com o Conselho, empresas, prefeitura, rede estudantil e a sociedade civil, e chegou aos encaminhamentos para resolução desses problemas, como também algumas tratativas de curto e médio prazo. Primeiro, precisa melhorar o serviço da questão escolar. Também na reunião da COMUTRAN, com nossa amiga Peolla, discutimos para definirmos esse horário que era antes da pandemia, como também, precisamos fazer uma nova pesquisa de origem e destino, visto que temos algumas mudanças, como a ponte nova e as novas oportunidades de emprego, assim precisamos desses estudos para que possamos atender o direito fundamental das pessoas. No tocante a médio prazo, precisamos verificar os horários futuros e depois o reequilíbrio de tarifa, para não falirmos o sistema, completou. Em seguida, o Vereador Professor Gurita (PSD), solicitou algum representante da empresa para falar, e Jozemir Dias, popularmente conhecido como Joka, fez o uso da palavra, que iniciou saudando a todos e informou representar a Associação das Empresas de Transporte de Ilhéus - ATRANSPI, que é gerente da empresa São Miguel há 16 anos, parabenizou a câmara pela atitude da sessão especial, para que juntos possamos buscar uma solução para o transporte da nossa cidade, continuou informando que teve uma reunião na COMUTRAN, onde foi formada uma comissão, a qual irá fazer um levantamento do sistema como um todo, pois não é só horário de ônibus, o ônibus precisa chegar, ir e vir, e para isso existe toda uma conjuntura acerca disso, a saber, a mobilidade, questão dos horários, e nessa reunião do conselho, as comunidades elegeram seus representantes, juntamente com os conselheiros, para num primeiro momento, seja realizada uma melhoria nesses horários até a conclusão desse estudo, e, solicitou ao Presidente da Comissão de Transporte da casa legislativa, o Vereador Augustão (PT), o

relatório produzido pela comissão para colaborar na solução do transporte coletivo de Ilhéus. Peolla, Engenheira de Trânsito, foi a próxima a usar palavra, e iniciou falando que quem usa o transporte público, conhece transporte público muito além de número, e neste ponto está faltando estudo na cidade apesar do tanto tempo que se discute. Citou um exemplo, a população sabe quantas vezes giraram a catraca dos ônibus no mês de janeiro de 2019? E quando estávamos em pandemia como foi isso? E agora para definir o valor da tarifa, vocês sabem os números? E respondeu, não, sem números não iremos a lugar algum! E, número não se cria, se estuda, o estudo envolve o planejamento, a operação e a infraestrutura, a população está reclamando da operação, ela reclama que quer ônibus em determinados horários, isso é curto prazo, mas existe outra situação, sem planejamento sempre vamos tentar “apagar incêndio” na câmara de vereadores. No ano de 2019, a catraca girou 1.600.000 vezes, em um período de férias, qual motivo contratar outra, com qual fundamento ou informação? Se hoje, a informação repassada é que é muito ruim operar na cidade, mas não existe número e relatório para explicar isso. Então, apresentou sua proposta, se organizem para resolver essa situação de curto prazo que é o que estão propondo, e a nós se organizamos para resolver o problema, ocorre que neste ponto precisa de política, de uma pessoa que diga, vai ser feito uma pesquisa de origem e destino para saber os horários dos ônibus, e que a prefeitura e as empresas de ônibus assumam que devem ter transporte, não obstante precisamos organizar o sistema, então não é assim, tira esse sistema de transporte daqui, pois quem vai assumir o sistema? E enfatizou, não é fácil não, muitas cidades estão sem transporte público, o planejamento é de mil novecentos e bolinhas, e finalizou dizendo, essa cidade neste momento não tem estudo técnico, não se sabe onde estão os pontos de ônibus, não se sabe onde está a população que precisa, não se sabe os horários, não tem pesquisa de origem e destino, e, por isso, toda vez enfrentamos os mesmos problemas. Em seguida, foi concedida a fala, a representante da UESC, Camila da Silveira, iniciou informando que na semana passada teve uma reunião com os conselheiros de transporte e parte da população, e no final foi formada uma comissão, a situação que se encontra hoje é de emergência e precária, a UESC tem cerca de 9 mil estudantes, mas naquela região não tem somente a UESC, indicou que fazemos parte de um corredor da educação, onde temos o IFBA, UFSB, SESI/ SENAI, e atualmente, temos vários estudantes passando sérios problemas, apenas para poder estudar, mas não só é uma questão de estudantes, mas também a população rural. A UESC recebe estudantes do Brasil inteiro, porque é daqui que saem pesquisadores, professores, para que a região se desenvolva e expanda, mas nós não estamos temos permissão para podermos estudar, as nossas crianças já não estão podendo frequentar as escolas, e aí chamou a responsabilidade, é urgente! Disse está vendo uma evasão terrível nas universidades, apenas porque os estudantes não conseguem se deslocar, nós não estamos sendo ouvidos e disse uma última coisa, nós não estamos implorando não, é nosso direito de ir e vir, de locomoção e de participar da sociedade como um todo, e o que vivemos é uma restrição absurda e já passou da hora de fazer alguma coisa, finalizou. Em seguida, a fala foi concedida a João França, tomou a palavra dizendo que é do bairro do Teotônio Vilela, e que nos últimos dias repassou uma chuva de informações com vídeos, fotos e textos, de ônibus quebrados todos os dias na nossa cidade. Informou que em 2018, após aumentar a passagem foram prometidas as melhorias, pois o decreto 133 de 24 de dezembro de 2018, que trata do aumento de passagem que passou de R$ 3,50 para R$ 3,80, existiam condicionantes para as empresas de ônibus, dentre elas, a construção de dez abrigos para passageiros, inclusive com a reforma do abrigo do paredão do Hospital São José, aquisição de 34 novos ônibus, sendo 14 até o mês de julho de 2019 e mais 20 ônibus em julho de 2020, bem como a disponibilização de aplicativo para smartphone até março de 2019, possibilitando aos cidadãos previsão de horários de chegada e saída dos ônibus, segundo João, as empresas entregaram apenas 07 ônibus da empresa São Miguel, os abrigos as prefeituras construiu e aplicativo ninguém viu. No ano da pandemia, João prosseguiu falando sobre uma manifestação em frente dessa casa legislativa contra o motocobra, os rodoviários aderiram e foram até o centro de convenções, e os vereadores

votaram para não ter motocobra. Continuou falando de um acordo de 15 milhões que era para cobrir a falta de receita da pandemia, mas onde está esse dinheiro? Disse que o acordo era tão danoso que só a prefeitura tinha obrigações a cumprir, e questionou que após a pandemia qual foi a empresa que retornou a 100% da frota? Nenhuma. Em 2019, na semana do trânsito, o ex-vereador Makrisi (PT) apresentou a nova composição do conselho e era deliberativo, e no dia 13 de dezembro de 2021, uma sessão extraordinária, o Prefeito Mário Alexandre encaminhou para a casa legislativa, um projeto de lei, alterando o projeto do vereador Makrisi (PT), tirando o poder do conselho e essa casa votou por unanimidade, todos votaram a favor do projeto. E finalizou citando o Vereador Augustão (PT), que informou que o Vereador não soluciona, mas disse que nós podemos obrigar a solução, e isso se chama CPI dos Transportes já. Posteriormente, foi concedida a palavra ao ex-vereador Makrisi (PT), disse que ao ouvir os representantes da população, questionou se estávamos discutindo o transporte com o governo que começou por agora? Não, o atual governo está no sétimo ano de gestão, mas algumas falas, especialmente, da Autarquia de Transporte e Trânsito, parecem soar como se a gestão estivesse começando agora, e que vai organizar a casa e dar os passos iniciais. Prosseguiu, que temos que saber é que são 07 anos de gestão, e o transporte público de Ilhéus é caótico. Agora nós temos que tomar cuidado, pois em 2018, as empresas contrataram um serviço do sul do país, e foram realizadas várias audiências públicas em vários bairros, apresentando a proposta de novo transbordo, da mudança de radial para cíclica, e essas mudanças não aconteceram, e o que a gente precisa entender é que requerimento e indicação tem bastante, mas a câmara de vereadores, tem a função específica de legislar e fiscalizar, que precisa cumprir, não é que vai resolver o problema, vários vereadores vem propondo isso. Agora a responsabilidade da execução da concessão é da Autarquia de Transporte e Trânsito, Serpa, que essa autarquia está subordinada apenas ao Prefeito Mário Alexandre. Então, disse que já desafiou nesta casa, e os vereadores proporão vários requerimentos e indicações, que não têm respostas, principalmente infligindo o artigo 34 da lei orgânica, que garante o exercício do vereador e vereadora, e desafiou a autarquia que apresente neste 7 anos, quais foram as autuações acerca dos não cumprimentos do contrato, quantas vistorias e uma série de outras coisas, inclusive em relação as pessoas portadoras de necessidades especiais que na lei orgânica art. 269 parágrafo 8 e 9, que não é mais uma gentileza, ou um jeitinho, é uma obrigação, só falta o prefeito Mário Alexandre fazer a regulamentação, destacou. E encerrou falando de requerimentos realizados, um que sejam apresentados pela SUTRAM cópias de todas autuações já realizadas pelos descumprimentos dos itens das cláusulas 61 em relação ao contrato com a Viação São Miguel e 64 em relação ao contrato com a Viação Viametro, segundo cobrar as penalidades previstas nas cláusulas e contratos citados acima, requerer o transporte para os portadores de necessidades especiais de Ilhéus, requerer da autarquia cópia das inspeções/vistorias realizadas pelo órgão nos ônibus do sistema, requerer a abertura de licitação para regularizar o transporte público de Ilhéus e por fim, em relação ao Conselho Municipal de Transporte, explicou, que quando foi feita em 2021 a lei, o prefeito mandou a mensagem de uma forma, o projeto foi votado de outro, a redação final foi diferente e a lei foi publicada errada, e o mais grave, e alertou à Câmara a correção, pois não está ficando gravado na casa as gravações das sessões, Youtube e Facebook, são plataformas particulares que mantem o domínio do conteúdo publicado e que podem excluir no momento que quiserem, então um vereador que precisar provar alguma coisa que aconteceu de errado na sessão, principalmente em relação ao rito e demais acontecimentos de votações, logo tem que está gravado para poder depois conferir se o rito foi seguido corretamente ou não, portanto, solicito da Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final, cópia integral do processo legislativo que foi publicado, cópia integral da gravação da 5ª Sessão Extraordinária de 2021, e por fim, que seja requerida a nulidade da Lei 4.028 de 2022, que pode ser feito através de decreto legislativo, a fim de que seja garantida a segurança jurídica. Em seguida, continuou dando a fala a um morador de Castelo Novo, que falou sobre a união de todos, e que na reunião dentro do conselho com

representantes da população, foi possibilitado ouvir o lado das empresas e o lado da população e tivemos a possibilidade de tentar resolver algo que vem atrapalhando a população a muito tempo. Finalizou propondo a solução de fazer as pesquisas de forma rápida com estudantes e distritos, pois as soluções emergenciais devem ser atendidas. Seguidamente, Samir do IFBA usou a palavra, iniciou falando da solicitação realizada pela UFSB para novas linhas, ocorre que não houve novas linhas, mas sim a extensão, e não que essa iniciativa não atende a demanda, porque os ônibus já estão superlotados, disse que estender é uma falta de humanização, pois muitas vezes é como um “carro de boi”. Seguiu falando que os estudantes não precisam da extensão de linha, vez que as que existem aqui não atende à demanda, muitas vezes com apenas três ônibus, isto é, quando esse transporte não quebra na estrada e os deixa à deriva. Tratou também de outra irresponsabilidade, quando se fala de universidade está se falando de maiores de idade, e no caso do IFBA e SESI são menores de idade, agora imagina deixar menores de idade à deriva numa BR onde fluxo é imenso. Então, quando falamos de política nós estamos falando de humanização. Serpa não tem cumprido o que está sendo combinado, porque quando nós voltamos dia 17 de janeiro, estava garantido ônibus da zona sul e zona norte para atender a demanda, e não tinham esses ônibus. E lembrou o que já foi dito, do jeito que o transporte coletivo está não aceitaremos o aumento de passagem, se melhorar, talvez podemos colocar em pauta, finalizou. Sucessivamente foi concedida a fala para José Alencar, do observatório, que informou ter realizado uma ligação para Vitória da Conquista-BA, sendo o valor da passagem de R$ 3,80, mas segundo informações lá é por KM, com ônibus com tecnologia que permite conexão à internet sem fio e televisão, algo que pode se fazer aqui na nossa cidade. Disse ter ouvido todos, e rapidamente quero lembrou que o transporte é um direito de todos, e cito a arrecadação de trânsito, informando que desse recurso 95% só pode ser utilizado na melhoria do trânsito, e citou a precarização das sinalizações horizontal e vertical da cidade, e questionou, onde está esses 7 milhões de multa de trânsito? Bahia solicitou um direito de resposta acerca do que foi dito por João França, informando que o que foi dito, não é verdade, que a Viametro entregou 7 ônibus em 2019 e 10 em fevereiro de 2020. Após as falas dos convidados, foi concedido um tempo aos vereadores, a primeira a falar foi a Vereadora Professora Enilda Mendonça (PT), que em sua palavra disse que apesar do tema ser transporte público, o problema real é o transporte coletivo, apesar da mobilidade urbana ser um tema sério, as pessoas vieram para saber é que dia o ônibus retornará a sua normalidade, essa é uma pergunta que as pessoas querem ouvir, mas informou que os presentes não teriam essa resposta, uma vez que, não estava presente a procuradoria geral do município, a casa civil, o secretário de mobilidade, muito menos o prefeito da cidade, apenas se encontrava na casa a autarquia, a qual deu uma resposta técnica, neste caso a resposta deve ser política que o executivo deve dar. E prosseguiu dizendo, não é falta de lei, pois a lei diz a quem compete dar a concessão e fiscalizar, contudo, dizer quais são as rotas, o horário, é o executivo que deve dar, já que essa casa não pode fazer uma lei sobre mobilidade urbana, apesar de sermos legisladores, temos limites constitucionais, pois tem legislação que só pode ser feita pelo executivo. E nós aqui já sabe que o contrato não é cumprido, quando ocorrem os reajustes de passagem também não são cumpridos, acordo judicial para comprar vale transporte, também não resolve o problema, tudo isso já sabemos, então pessoal quando nessa casa discutimos e assinamos a CEI, eu fui uma que assinou a CEI, mas hoje eu digo pra vocês, qualquer coisa que façamos para protelar a solução do problema, vai ficar o prejuízo para população, pois são mais 90 dias aqui discutindo e ouvindo a população, e são vocês a população que vai ficar com o problema, de modo que o executivo vai dizer que a gente estava com tudo encaminhado, mas abriram a CEI e agora devemos esperar a CEI. Então, a resolução do transporte é uma decisão política e essa decisão é uma decisão do governo executivo de Ilhéus. Em seguida o Vereador Paulo Carqueija (PSD), tomou a palavra e falou se dirigindo as empresas de ônibus, pedindo que melhore o atendimento, em especial ao pessoal do interior, restabelecendo as linhas, para reivindicar um justo reajuste na tarifa, mas pediu para tomarem a primeira a decisão, para

serem merecedores de um justo reajuste da tarifa. E destacou, essa emenda à lei orgânica é de nossa autoria, e com o passar do tempo foi suprimida, em 2020 reeditamos, isso é mais uma evidência que é a lei maior do município, por fim solicitou ao conselho de transporte que levem em conta a questão da bilhetagem eletrônica, do cartão temporal, mas com dois, três pontos, com possibilidade de transbordo, essas são questão técnicas, podem ser rotativas e podemos assim efetivamente mudar o sistema de transporte da cidade, finalizou. Depois a Vereadora Ivete Maria (UNIÃO BRASIL), tomou a palavra e disse de um requerimento que a casa propôs do início das aulas de sua autoria, que existem estagiários do Colégio Modelo, que quando acabam as aulas às 17 horas ficam até as 20 horas esperando ônibus, isso é culpa das empresas de ônibus, pois pode ocorrer uma tragédia com essas crianças. Nesta casa foi aprovado a melhoria no transporte escolar na Avenida Esperança e em toda Ilhéus, então eu estou contemplada na fala dos vereadores, mas nós não temos poder na caneta para irmos lá e resolver essa situação de transporte. E concluiu, a necessidade de estender os horários de ônibus, e pediu a Joka que a logística seja diferente no dia de amanhã, finalizando a sua fala. Posteriormente, foi concedida a fala ao Vereador Tandick Resende (CIDADANIA), iniciou dizendo que as pessoas devem estar nas sessões de terça e quarta para ver o que os vereadores estão falando em defesa do povo, informou que seria muito breve nas suas colocações, pois já falou e reprisou o que tem causados sofrimentos a nossa população, por conta do péssimo serviço do transporte público da nossa cidade, o que estamos vivenciando é um verdadeiro caos social, tenho ouvido discurso de vários colegas que essas empresas eram para serem tiradas daqui, na verdade esse contrato a muito tempo não deveria ser renovado, Marão em vez de ter renovado, tinha que tirar de nossa cidade, o que deveria mesmo acontecer é o que a Vereadora Professora Enilda Mendonça falou vontade política, falta vontade política do prefeito de resolver esse problema. Portanto, o poder executivo é o poder concedente e só ele pode tomar medidas necessárias para tirar as empresas da cidade, o poder legislativo é apenas o poder fiscalizador, ouvir as queixas do povo e fiscalizar. E qual caminho o poder legislativo pode fazer? No meu entender, a CEI do transporte é o caminho. O relatório de uma CEI obriga ao prefeito a fazer medidas urgentes. Em seguida, a palavra foi para o Vereador Vinicius Alcântara (CIDADANIA), que iniciou dizendo que as reivindicações não precisam de dizer que são justas, todo mundo sabe que são necessárias, onde as pessoas não têm uber, táxi e acaba utilizando o transporte público. Esse sofrimento tem um culpado, o prefeito Mário Alexandre, o grande culpado neste processo, pois não tem compromisso, não responde nenhum requerimento que é aprovado nesta casa. Existe uma cláusula, vocês sabiam que esse acordo prevê um projeto de isenção de ISS? Então são vários absurdos que estamos vendo, peguei minha equipe e estamos analisando toda “papelada”. Continuou dizendo que existe só um culpado, e por que assina a CEI, o governo municipal, ele não tem compromisso com nossa cidade, em termos de requerimentos, as indicações, os ofícios, não existem respostas e não existe compromisso, o próprio acordo que foi feito com as empresas, não está sendo cumprido, existe uma cláusula esdrúxula que, interrompe, e força, e desrespeita a independência entre os poderes, que o acordo que foi assinado em julho de 2021, que o prefeito vai mandar para o legislativo, isenta as empresas de ISS, e tem quem fazer esforços irrestritos senão vai rodar 60% da frota. Então, concluiu, depois dessa comoção que estamos vivendo parei minha equipe para olhar esses documentos que eu estava ali, pois se fala muito em rescisão de contrato, mas até o momento não vimos a renovação do contrato, já que o único documento que temos é o que tem no acórdão, que encerrou em 2016 e finalizou apoiando o Vereador Tandick Resende na CEI dos Transportes. O Vereador Claudio Magalhães (PCdoB) iniciou solidarizando os trabalhadores e aqueles que moram na zona rural, e criticou a legitimidade dos representantes da empresas, em razão de que os donos das empresas são deputados ligados ao PP, e jogam os dois trabalhadores para vim na plenária para dizer nada com nada, disse que todos nós sabemos que o compromisso de cumprir contrato são das empresas, não cabe aos representantes das empresas, pois a autoridade política não está nas mãos deles, está nas mãos dos grandes

empresários do estado da Bahia. Prosseguiu seu discurso dizendo que muitas vezes nós trazemos a responsabilidade para o Coronel Serpa, mas ele está em cargo de confiança do gestor dessa cidade, e nós temos que fazer essa discussão com o prefeito do nosso município. O que temos que dizer para essas empresas de ônibus, é que elas não são donos do transporte público da cidade não, pois elas dizem em bom tom, não vai vim empresa nenhuma para Ilhéus, mas eles não são "Mãe Diná" de dizer se vem ou não vem empresa para cidade. Quando pedem aumento de passagem eles tem que mostrar qual é o lucro real deles, pois a gente sabe que os combustíveis aumentou neste governo Bolsonaro, mas isso não justifica, vez que precisamos entender como essas empresas tem seus lucros, e muitas vezes, sonegando, porque já foi dito aqui que a cobrança do saco de farinha de muitos trabalhadores que vem vender na feira, eles tiram nota, contudo não é contabilizado, aqui nessa casa não passa mais nenhum benefícios para essas empresas até que assumam o compromisso de melhorar o transporte coletivo da cidade, finalizou. Em ato contínuo, foi concedida a fala ao Vereador Aldemir Almeida (PP) disse que sabe muito bem o sofrimento das pessoas, especialmente o pessoal do distrito, mas só se muda uma situação com vontade política. Você só muda uma coisa se você tiver vontade de fazer. Se eu não tiver a vontade de matar a sede de uma pessoa, ela vai morrer do meu lado, eu jogando água fora, por exemplo, e prosseguiu, vamos falar de política esses deputados votam 7 bilhões para campanha eleitoral deles, que são dinheiro arrecadados nossos e eles utilizam para se elegerem, aí você pega um orçamento secreto de 140 bilhões distribuídos aos deputados, porque não pode subsidiar a passagem de ônibus? Claro que pode subsidiar, não tenho dúvida disso. O salário não aumentou de forma que a gente dê um aumento de passagem para as empresas. Todo mundo aqui paga imposto e muito imposto, não existe ninguém que não paga imposto, e esse imposto vai para onde? Não vai para o povo coisa nenhum, pois não vemos melhorar nada. Então, nós estamos vendo aí uma frota do transporte coletivo sucateada, que põe em risco a vida de todas as pessoas, e eu defendo que essas empresas não têm mais condições de rodar. Então, alguma coisa tem que ser feita, finalizando sua fala. Em seguida, o Vereador Baiano do Amendoim (PSDB) usou sua fala dizendo que essa situação não é fácil, é complicada, nós fazemos nosso papel como Vereador, e essa casa deve sentar com o prefeito, pois a população clama nas ruas com os ônibus quebrados, e temos que buscar uma solução e o prefeito tem que dar a resposta a população, encerrando sua fala. O Vereador Jerbson Moraes (PSD) disse que a lei que proíbe tirar os cobradores é de sua autoria, e as empresas não respeita essa casa, e não cumprem a lei, porque não tem cobradores nos ônibus. Prosseguiu dizendo que o Vereador Augustão (PT) trouxe essa discussão para essa casa, convidou as autoridades, discutiram, e não resolveu nada, depois veio a CEI, e o Vereador que aceitou a CEI foi eu como Presidente, e indiquei os membros, recebi vários requerimentos para interromper a CEI e tirar Fabricio da Presidência, e eu fui contra e sustentei a posição jurídica, argumentou. O que aconteceu, mudamos de ano, e todos os documentos eram fundamentado na mesma lei, e a lei dizia o seguinte: Quando a CEI vira de ano tem que pedir a prorrogação da CEI, porque senão, não é válida. Neste meandro surgiu um requerimento dizendo que a CEI não era válida, porque não existia pedido de prorrogação. Eu li e encaminhei ao jurídico, que disse realmente não tinha mais validade, e em segundo lugar, o acordo que a CEI investigava, foi assinado pelo juiz e promotor, nós vereadores não temos competência para investigar juiz e promotor, mas isso não significa que mudei minha opinião acerca do transporte, minha opinião é radical, as empresas não têm mais condições de prestar esses serviços na cidade de Ilhéus. O que essa câmara tem que fazer aqui, é quando o prefeito chegar de viagem, dizer que essas empresas não têm mais condições de prestar serviço em Ilhéus. E porque o PT não quer abrir uma CPI, gente uma CEI é uma CPI transformada em politicagem, não pense que esses vereadores que estão apresentando a CEI, estão apenas por uma questão técnica, não é, é política, e como a questão é de urgência, por isso a postura é uma só, notifica as empresas diz que só vão ficar três meses, contrata uma empresa até resolver o problema de licitação e como será daqui pra frente, esse contrato de 20 anos não tem mais condições de trazer um equilíbrio

para as partes, e o interessado é o povo e não estão respeitando mais a dignidade de vocês. E finalizou dizendo, chegamos a decisão que essas empresas tem que sair de Ilhéus, pois não tem mais condições de prestar um bom serviço à sociedade ilheense. Em seguida, o Vereador Luciano Luna (PV) disse que há décadas essas empresas estão operando na cidade e desde que chegaram aqui apresentaram esse comportamento desumano, eu lembro muito bem, pois fazia parte do sindicato dos rodoviários, e o comportamento já dizia qual seria o futuro dessas empresas aqui na cidade, quem não se lembra, quando se colocou o anúncio de contratação de funcionários para não querer honrar a rescisão e não cumprir o acordo coletivo, que na época era uma exigência da categoria, e estamos falando aqui de uma situação que não deve culpar o atual prefeito, mas também não queremos isentá-lo, eles sabem da realidade, pois estão fazendo um esforço, que na qual tudo que foi acordado foi no manto da justiça, agora eu digo para os senhores, foi imoral, essa casa tem feito muito esforço para que a população de Ilhéus não seja penalizada, estudantes ficaram sem transporte, trabalhadores rurais sem transporte, trabalhadores ficaram sem empregos, o comércio muitas vezes contratava vans para levar seus funcionários para casa, qual vereador vai dormir tranquilo com uma situação dessa na sua cidade? Nenhum parlamentar e nenhum cidadão, mas muitas das vezes a tomada de decisão não está em nossas mãos. Eu me incluo na responsabilidade para que o transporte público de Ilhéus seja solucionado, cada dia está ficando vergonhoso o transporte público, e esse grupo que aí está fica penalizando a comunidade do Salobrinho, porque quando tem aula na UESC, é transporte a todo minuto, quando suspende as aulas, não tem transporte para aquela comunidade que tem cerca de 15 mil habitantes e necessita diuturnamente de transporte público, finalizando sua fala. Na sequência o Vereador Fabricio Nascimento (PSB) usou a palavra para falar que desde o início da CEI, a qual presidiu, lutamos para tentar investigar o contrato de 15 milhões com essas empresas, o transporte público está assim, culpa do prefeito, pois ele deveria pedir o cumprimento do contrato, então temos que cobrar do prefeito ônibus para os distritos no final de semana, pois isso é uma vergonha, a população sem poder trazer seus produtos para vender na feira, então é isso, que se resolva amanhã e faça o compromisso com a população, finalizando seu discurso. Para finalizar foi concedida a fala ao Vereador Augustão (PT), disse que antes de encerrar precisava fazer algumas observações, a gente não pode sair das sessões do mesmo jeito que entrou, essa câmara tem um papel, uma missão, um poder, agora se a gente tem esse poder e essa missão, é necessário que a gente exerça esse poder, e gostaria de fazer algumas observações, as empresas de ônibus são empregadas, contratadas, então não é para cobrar dos funcionários, mas sim do patrão das empresas, que é o prefeito da cidade, alguém vai dizer que as crianças estão sem aulas, que os trabalhadores não estão chegando no seu trabalho, que o pessoal da UESC não estão conseguindo chegar na universidade, e questionou, será que o prefeito não sabe de nada disso? Óbvio que prefeito sabe de tudo isso, porque as empresas não começaram a operar agora, o executivo tem 05 anos de gestão, agora não podemos sair daqui sem uma pauta para a partir de amanhã ser encaminhado ao prefeito, diversas autoridades usaram o microfone, diversas lideranças também, vereadores também, agora precisamos de encaminhamentos, para não terminarmos a sessão do mesmo jeito que começou e amanhã continuar todo processo de sucateamento do transporte coletivo, quero propor aos membros da comissão de transporte, que vossas excelência que tem ligação com o poder público, que agende uma reunião da comissão de transporte com o poder executivo e vamos aguardar a data desse agendamento para informar a população, para resolver de uma vez por todas o problema do transporte, e finalizou seu discurso agradecendo a todos os presentes, deu uma boa noite e fiquem com Deus.

Assinatura da Mesa Diretora da Sessão

Presidente: Carlos Augusto Cardoso da Silva / PT

Vice-Presidente: Nerival Nascimento Reis / UNIÃO

Primeiro-Secretário: Alzimário Belmonte Vieira / PSD